



**ANA MARIA RITA
MILANI**

o investimento direto estrangeiro
e a desarticulação social na
década de 90 no Brasil: uma
abordagem kaleckiana

Professora
assistente da FEAC
(Faculdade de
Economia,
Administração e
Contabilidade), da
Universidade
Federal de Alagoas.
Doutoranda do PPGE
da UFRGS

RESUMO

Na economia brasileira, durante os anos 90, foi aplicado um grande programa de ajuste estrutural envolvendo privatizações, desregulamentações, flexibilização e abertura da economia. Foi um período de intensa liberalização econômica, com predomínio do IDE e de transferências de renda entre grupos sociais, acirrando a marginalização e a exclusão da maioria da população; características típicas dos modelos de ajuste estrutural que determinam um regime de acumulação que aprofunda a desarticulação social. Este artigo propõe-se a analisar o aprofundamento da desarticulação social no Brasil a partir da adoção do programa de ajuste estrutural, tendo como variável de estudo o investimento direto estrangeiro e sua contribuição para o aumento da demanda efetiva na visão kaleckiana.

PALAVRAS-CHAVE

Investimento direto estrangeiro. Desarticulação social. Demanda efetiva. Ajuste estrutural.

ABSTRACT

In the Brazilian economic, during of 90s, was applied a great structural adjustment program, that considered privatization, desregulation, flexibilization e opening up of economic. This was a period of intense economic liberalization with predominance the investment foreign direct and transfers of income into socials groups exacerbating marginality and exclusion for the majority of the population, characteristics of models structural adjustment that specify an regime of accumulation that augmenting social disarticulation. This papers propose to analyze o augmenting of social disarticulation in Brazil from adoption of models structural adjustment, having as variable of study of investment foreign direct and yours contribution to increment effective demand kaleckian.

KEY WORDS

Investment foreign direct. Social disarticulation. Effective demand kaleckian. Structural adjustment.

INTRODUÇÃO

Um modelo de desenvolvimento com “nova cara”, convivendo com a persistência de velhos problemas sociais, foi a tônica da década de 90 do século passado, em especial com a implementação das reformas estruturais. O ideário neoliberal foi a grande fonte inspiradora dessas reformas por que passou a economia brasileira nesse período. Com o nome de programa de “ajuste estrutural”, as diferentes medidas implementadas marcaram essa década pelo intenso processo de liberalização, cuja abertura financeira foi sua maior expressão.

A contrapartida da abertura consistiu no aumento do investimento direto estrangeiro (IDE), e ainda assim, os principais indicadores econômicos revelaram, mais tarde, uma frustração de expectativas, tais eram os irrisórios índices macroeconômicos. Ilustrando o período, o PIB apresentou um comportamento modesto, crescendo em média 2,7% a.a., a taxa de investimento permaneceu em níveis baixos, aproximadamente 17% do PIB, valores mais baixos que os obtidos na década de 70. Como alento, a economia brasileira obteve significativo aumento de produtividade, principalmente do setor industrial, fator “chave” da estratégia de política econômica dos modelos de ajuste estrutural.

O crescimento da produtividade, contudo, não respeitava o conceito teórico que sustenta que a produtividade se associa ao aumento do investimento em capital, sendo seu resultado esperado o aumento da produção. No caso brasileiro, o crescimento da produtividade exigia um sacrifício social do país, uma grande redução de postos de trabalho, aguçando o desempenho dos indicadores sociais. Embora a taxa de desemprego, no começo da década de 90, permanecesse estável – a partir da implementação do Plano Real, momento no qual se concretiza o ajuste estrutural –, a taxa de desemprego eleva-se de 4,3% para 6,2% entre 1994 e 2001.

As reformas produzidas trazem, então, duas características: da produtividade e do desemprego. Em linhas gerais, esses programas de ajuste estrutural consubstanciavam-se em medidas que contemplavam as privatizações, a desregulamentação, a flexibilização do mercado de trabalho e a liberalização dos mercados. Essas medidas produziram transferências de renda entre grupos sociais, resultando na marginalização,

na exclusão da maioria da população e na configuração de um novo regime de acumulação que aprofunda e perpetua a desarticulação social.

Conceitualmente, uma economia apresenta desarticulação social quando há descompasso entre o aumento dos salários e os ganhos de produtividade, isto é, os salários não acompanham o crescimento da produtividade. Aliás, isso parece ter acontecido no Brasil quando se implementou o modelo de ajuste estrutural, razão de preocupação deste artigo, que se propõe a analisar o aprofundamento da desarticulação social aqui experimentado, tomando como variável principal de estudo o investimento direto estrangeiro (IDE) e sua contribuição para o aumento da demanda efetiva numa visão kaleckiana.

Além desta introdução, a segunda seção apresenta os conceitos teóricos de desarticulação social e demanda efetiva em Kalecki; a terceira, analisa o comportamento do IDE no Brasil na década de 90; a quarta, explica como os modelos de ajuste estrutural aprofundaram a desarticulação social no Brasil, na década em estudo; e por último, fazem-se as considerações finais.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A DESARTICULAÇÃO SOCIAL E A DEMANDA EFETIVA EM KALECKI

Nas últimas décadas do século XX, os países latino-americanos implementaram um conjunto de políticas que frequentemente foram denominadas de “ajuste estrutural”. Existem diferentes definições da palavra “ajustar”, alguma delas são “adaptar”, “regularizar”, “acomodar-se”. Sua etimologia faz referência ao justo, conformar alguma coisa com a norma justa. Em economia, especialmente na escola neoclássica, essa norma é o equilíbrio dos mercados ou dos grandes agregados macroeconômicos. Como salientou Calcagno (2001), na América Latina, o sentido da palavra “ajuste” tem variado substancialmente em diferentes períodos. Na crise da dívida dos anos 80, as economias deviam adaptar-se a uma situação internacional com altas taxas de juros e pouca liquidez, “ajustar” significava, enfim, aplicar medidas recessivas que restringiram as importações – ajuste do balanço de pagamento – para gerar divisas e, assim, cumprir com o pagamento da dívida. No entanto, a contrapartida disso era um desajuste no mercado de trabalho, desequilíbrios nas contas fiscais, inflação e crises financeiras.

No final da década de 80 e começo da de 90, mudou o conceito de ajuste, dando ênfase à noção de “ajuste estrutural”, entendido como um processo de reformas que visava a consubstanciar condições básicas para impulsionar um novo modelo de desenvolvimento. Os modelos de ajuste estrutural, que estavam inspirados no ideário neoliberal, contemplavam as privatizações, desregulamentações, diminuição da participação do Estado na economia, controle monetário e austeridade fiscal, abertura comercial e financeira, entre outras. Essas medidas de política econômica partiam do princípio de que com estabilidade monetária, o equilíbrio fiscal e a competitividade internacional viabilizariam o caminho para a modernização e o crescimento da periferia. Porém, o tão propalado desenvolvimento não se concretizou, levando a economia brasileira para um processo de crescimento caracterizado como de *stop and go*, com aumento do desemprego e as consequências deletérias no plano social.

Neste trabalho, denominamos ajuste estrutural não só um programa econômico, mas também um ajuste institucional do mercado de trabalho que produz, geralmente, transferências de renda e bem-estar, implicando aumento da exploração do trabalho.

Os modelos de ajuste estrutural reproduziram um regime de acumulação mais desarticulado do que aquele que apresentava o modelo de substituição de importações. Como salientava Teubal (2001, p.461):

[...] I consider some of the main features of this new regime of accumulation as it emerges in a third world country as a consequence of the application of a structural adjustment program: the fact that it tends to be much more “socially and sectorally disarticulated” than previous regimes of accumulation – for example, import substitution industrialization.

A desarticulação social relaciona-se com a desorganização associada com queda de salários e aumento do desemprego em todas suas formas. Como assinalava Janvry (1981), uma economia articulada requer uma relação proporcional entre o desenvolvimento da produção e a capacidade de consumo, sendo esta última materializada por meio da retribuição do trabalho: os salários. Uma economia articulada pode ser

construída pelo regime de acumulação como aquele que se estabeleceu no capitalismo dos países centrais depois da Segunda Guerra Mundial – os “anos dourados”. Nesse período, o regime de acumulação sustentou-se num aumento dos salários reais mais ou menos igual ao incremento da produtividade. No entanto, a relação necessária entre produção e capacidade de consumo para a existência da articulação não se apresenta sempre, refletindo-se na relação entre a retribuição do capital e a retribuição do trabalho. A dinâmica dessa estrutura conduz a economia de forma a ampliar a desigualdade da renda, aprofundando a desarticulação social. O modelo de ajuste estrutural implementado no Brasil, na década de 90, provocou uma tendência ao aumento na exploração do trabalho, manifestando-se pela redução dos salários reais e pela elevação do desemprego em todas suas formas. Nesse período, o PIB teve uma variação média anual de 2,2%, a ocupação total cresceu 1,5%, enquanto o emprego formal foi reduzido, em média, a 1,2% ao ano (POCHMANN, 2004). Segundo Pochmann (2008, p.35):

na década de 1990 a taxa cresce rapidamente, sem apresentar ruptura em relação à degradação das condições gerais de trabalho no Brasil. Nesse sentido o desemprego continua em patamar elevado – cerca de três a quatro vezes mais alto que as taxas registradas nas décadas de 1970 e 1980-, e muda radicalmente a natureza de sua manifestação.

Celso Furtado e Raul Prebisch, na década de 60, desenvolveram o conceito de desarticulação social e setorial ao frisar a diferença estrutural entre o primeiro e terceiro mundo, tanto no âmbito de exploração que essas economias experimentam quanto na diferente adaptação desses países aos processos de inovação tecnológica. Para os estruturalistas, as inovações tecnológicas nos países subdesenvolvidos produzem importantes desorganizações na estrutura da economia e, em muitos casos, consequências deletérias para o emprego, criando um tipo de reprodução que perpetua o problema do desemprego. Ou seja, para a corrente estruturalista, os processos de industrialização não se apresentam da mesma forma na periferia e nos países centrais. Este fenômeno, resultan-

te da estrutura econômica, reflete-se na desigualdade da distribuição da renda e na falta de demanda, a qual restringe a formação de um mercado doméstico. Nos dizeres de Furtado (1965 apud TEUBAL, 2001, p. 462), no processo de industrialização dos países da periferia, as massas não têm acesso aos frutos do incremento da produtividade.

Na visão de Furtado (1983), o desenvolvimento econômico deve ser compreendido tanto no âmbito do processo de aumento da produtividade, como também no comportamento dos agentes que utilizam a renda e a forma como ela se expande na economia. O autor afirma que o aumento da produtividade se traduz em aumento do fluxo de renda real, no entanto, acaba salientando também a existência de situações em que a expansão da renda pode ser frustrada, principalmente por características específicas da economia industrial que podem dar lugar à desocupação periódica¹. Assim, Furtado descreve o processo no qual o desenvolvimento é impulsionado por fatores externos, e o aumento de renda que se gera nesse processo assumirá a forma de maiores lucros, permitindo o ciclo de reinvestimento da economia. É de se esperar que o impulso externo provoque uma série de mudanças estruturais na economia e, uma vez que se expanda a massa de renda disponível para o consumo, o aumento da demanda fará pressão em vários setores da economia, modificando a alocação de recursos para ampliação da capacidade produtiva. Dessa forma, Furtado (1983, p. 95) frisava: “a forma como evolui a procura é, portanto, fator fundamental na orientação das novas inversões. Por seu turno, a forma como envolve a procura em função do crescimento da renda é, em boa parte, determinada por fatores institucionais”. Furtado (1983) argumenta que a diversificação da procura, da mesma forma que o aumento da produtividade, constitui elemento motor do desenvolvimento.

Segundo Teubal (2001), um dos conceitos importantes a ser considerado na desarticulação social é o comportamento dos investidores que determinarão o regime de acumulação e as modificações dos salários, como um dos fatores influentes na estrutura econômica, por meio da

¹ Cabe observar que Celso Furtado não define o conceito de desarticulação social e setorial, todavia na sua abordagem a importância que dá ao consumo no processo de desenvolvimento permite que se trace um paralelismo desse ponto com o conceito de desarticulação social.

modificação da demanda efetiva. A partir de então, considera-se pertinente explicar algumas das principais relações que se estabelecem a partir do conceito de demanda efetiva de Kalecki.

A importância da teoria da distribuição da renda desenvolvida por Kalecki foi amplamente reconhecida por diferentes autores, como uma formulação simples e extremamente clara do princípio de demanda efetiva. Este último conceito relaciona-se com a seguinte proposição feita por Kalecki: *os trabalhadores gastam o que ganham, os capitalistas ganham o que gastam.*

Esse autor utiliza o esquema de reprodução para determinação da renda que divide a economia em três departamentos: *Departamento I*: bens de investimento, incluindo as matérias-primas respectivas, assim este representa a produção de bens finais não utilizados para o consumo; *Departamento II*: bens de consumo dos capitalistas; e *Departamento III*: bens de consumo dos assalariados.

Dado esse esquema de reprodução econômica, podemos obter, por um lado, a determinação da renda pela soma do investimento (I), o consumo dos capitalistas (C_k) e o consumo dos assalariados (C_w), expressada na seguinte equação:

$$Y = I + C_k + C_w \quad (1)$$

Por outro lado, o lucro de cada departamento (P) estará determinado pela soma dos salários (W_1) mais o investimento (I) no departamento I; pelo salário mais o consumo dos capitalistas no departamento II e pelo salário mais o consumo dos assalariados no departamento III. Pode-se expressar essas relações da seguinte maneira:

$$\begin{aligned} P_1 &= W_1 + I \\ P_2 &= W_2 + C_k \\ P_3 &= W_3 + C_w \end{aligned}$$

Kalecki (1970), seguindo Marx, supõe que os trabalhadores não poupam, ainda adota a suposição complementar de que não há a possibilidade de acumulação de estoques de bens não vendidos. Assim, pode-se chegar a “equação de intercâmbio” marxista fundamental entre os departamentos I e II e o departamento III. Os lucros obtidos neste último departamento, P_3 ,

se concretizam nos bens que ficam à disposição dos trabalhadores dos restantes dos departamentos no valor de P_3 . Desta forma, escreve-se:

$$P_3 = W_1 + W_2 \quad (2)$$

Então, somando em (2) o lucro dos outros dois departamentos (P_1, P_2) em ambos lados da equação, deduz-se:

$$\begin{aligned} P_1 + P_2 + P_3 &= P_1 + W_1 + P_2 + W_2 \\ P &= I + C_k \end{aligned} \quad (3)$$

Ou seja, o lucro total é igual à soma do investimento mais o consumo dos capitalistas. O lucro é determinado pelas decisões de gasto dos capitalistas, qual seja o investimento e o consumo dos capitalistas decorrentes de suas decisões de gasto. Portanto, são os gastos dos capitalistas que determinam o montante de suas receitas². A partir de então, poder-se-ia indagar como se relaciona esse conceito com os salários no modelo. Assim, estabelecem-se as seguintes relações:

$$w_1 = W_1 / I \quad w_2 = W_2 / C_k \quad w_3 = W_3 / C_w$$

Se $P_3 = W_1 + W_2$ então

$$\begin{aligned} P_3 &= w_1 I + w_2 C_k \\ C_w - W_3 &= w_1 I + w_2 C_k \\ C_w - w_3 C_w &= w_1 I + w_2 C_k \\ C_w (1 - w_3) &= w_1 I + w_2 C_k \\ C_w &= [w_1 I + w_2 C_k] / (1 - w_3) \quad \text{consumo de bens salários} \end{aligned} \quad (4)$$

A partir da equação (1) e desta última fórmula (4) pode-se deduzir que o nível de produto em Kalecki estará dado por:

$$Y = C_k + I + \{ [w_1 I + w_2 C_k] / (1 - w_3) \} \quad (5)$$

² Como assinalou Macedo (1999), poder-se-ia argumentar que as decisões de consumir e investir dos capitalistas são determinadas pelos lucros do período imediato anterior, porém existem outras variáveis além dos lucros do período anterior que podem exercer um papel importante.

Conclui-se que a renda nacional estará determinada pelo nível de investimento e pelo consumo dos capitalistas, ou seja, o produto pode ser expresso em função da distribuição da renda. É importante salientar que o princípio da demanda efetiva se explica por meio da relação positiva da renda nacional com os gastos autônomos dos capitalistas, a influência do consumo dos assalariados é marginal. Quer dizer, os salários apesar de formar parte dos componentes da renda, transformam-se em demanda apenas para o departamento III. Porém, Kalecki ao considerar o consumo de bens salários como uma variável a mais na determinação da renda coloca em evidência a relevância da distribuição da renda.

Pode-se observar que, na visão de Kalecki, o que modifica o produto ou renda nacional é a quantidade de investimento e o consumo dos capitalistas, noutras palavras, o produto pode ser expressado em função da distribuição da renda. Assim, o princípio da demanda efetiva em Kalecki se explica pela relação positiva da renda nacional com os gastos autônomos dos capitalistas.

Feitas essas considerações teóricas sobre um dos principais elementos da teoria de Kalecki, qual seja a demanda efetiva, fica facilitada a tarefa para nos referir a alguns dos trabalhos do autor relacionados com economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. Kalecki assinalou como principal problema das economias desenvolvidas a adequação da demanda efetiva, devido a existência, nessas economias, de uma relação proporcional entre equipamento e força de trabalho, fato que poderia gerar uma renda *per capita* mais alta no caso de pleno emprego dos recursos (KALECKI, 1980). Se esse fenômeno acontecesse, as economias encontrariam uma trajetória de crescimento que manteria o pleno emprego e, caso existissem oscilações neste último, seriam momentâneas. Porém, essa situação é pouco plausível, principalmente pela tendência para o subemprego de recursos das economias capitalistas que se materializa pela insuficiência da demanda efetiva. Para Kalecki, a situação das economias subdesenvolvidas é diferente e pode ser caracterizada como um problema “crônico”³. Mesmo assim, se nessas economias todo o equipamento fosse plenamente utilizado, não poderia absorver toda a força de trabalho disponível, o que implica o padrão de vida baixo

³ Kalecki considera também a possibilidade da existência de deficiência de demanda efetiva nesse tipo de economias.

para a maioria da massa da população, aumentando a desigualdade da renda. Esse problema crônico está relacionado com a insuficiência de capacidade produtiva que caracteriza as economias subdesenvolvidas e a necessidade de sua rápida expansão, fatores fundamentais para compensar a deficiência da demanda efetiva e acelerar o crescimento da renda na economia. Na verdade, Kalecki salienta como ponto principal do problema crônico o aumento do investimento não para aumentar a demanda efetiva, e sim, para acelerar o processo de expansão da capacidade produtiva.

A partir de então, segundo Kalecki (1980), existem três importantes limitações para acelerar o processo de investimento em países subdesenvolvidos que são os seguintes: i) o investimento não cresce a uma taxa desejável; ii) a deficiência de recursos físicos e iii) a falta de resposta a uma expansão do investimento que implicará pressões inflacionárias sobre os bens de consumo essenciais, especialmente, aqueles de oferta inelástica.

Em suma, podemos dizer que tanto as economias desenvolvidas quanto as subdesenvolvidas têm problemas de demanda efetiva só que se fazem presentes de forma e graus diferentes. Nas primeiras, tende a ser menor, ao contrário das segundas, em que o problema tende a ser crônico, e, portanto, difícil de reverter.

BRASIL: O COMPORTAMENTO DO IDE NA DÉCADA DE 90

Na década de 90, o aumento dos fluxos mundiais de IDE foi um dos aspectos característicos do processo de globalização. Os países em desenvolvimento latino-americanos aumentaram a participação como receptores dos mesmos, dentro deles o Brasil e a Argentina, principalmente a partir da implementação dos modelos de ajuste estrutural. Nesse período, o ritmo de crescimento observado nos fluxos para o Brasil foi bastante superior ao mundial, passando de um patamar de U\$S 1 bilhão, no início da década, para U\$S 30 milhões, em 1999, como mostra a TAB. 1 (LAPLANE, SARTI, HIRATUKA, SABBATINI, 2001). Outro aspecto importante desse processo de internacionalização experimentado pelo Brasil foi a maior participação das empresas estrangeiras nos setores da economia brasileira, sendo que uma parte importante dos fluxos de IDE correspondeu a Aquisições & Fusões (A&F).

TABELA 1
Movimentos de Capitais no Brasil (US\$ milhões)

Movimento Bruto	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Porta-fólio	3.863	15.352	25.142	24.838	26.078	39.552	31.380	18.293
IDE	1.325	854	2.356	4.778	9.644	17.879	28.480	31.362
Empréstimo de LP	7.004	9.726	9.785	13.292	21.014	23.564	63.502	43.447
Empréstimo de CP ⁽¹⁾	18.346	24.358	28.161	29.656	35.773	32.196	23.047	23.291
TOTAL	30.538	50.290	65.444	72.564	92.509	113.191	146.409	116.393

Fonte: Carneiro (2002).

⁽¹⁾ linhas de crédito de curto prazo e obrigações de bancos comerciais.

No contexto de condições adversas vivenciadas pelo Brasil na década de 80, de instabilidade e de estagnação, muitos economistas, como por exemplo Franco (1998), concordavam com a ideia de que as empresas transnacionais poderiam contribuir para o crescimento das exportações, aumentando a competitividade e garantindo o acesso aos mercados de origem. Essas empresas poderiam produzir o *upgrade*⁴ da pauta exportadora, ajudando a reduzir, em parte, a restrição externa, embora esse processo tivesse como contrapartida à desnacionalização do parque industrial.

O IDE para o Brasil superou o crescimento dos fluxos mundiais durante a década de 90, tendo sido responsável por 4,5% de todo o fluxo de IDE, em 1998, e de quase 50% dos fluxos destinados ao Mercosul. O crescimento do IDE foi superior ao do PIB, sendo que a relação estoque IDE / PIB dobrou nas últimas duas décadas (7,4% em 1980 contra 15,9% em 1997). No Brasil, essa relação é superior à média mundial e a dos países avançados, respectivamente, 11,7% e 10,5%, ficando levemente abaixo da média dos países em desenvolvimento 16,6% (LAPLANE; SARTI; HIRATUKA; SABBATINI, 2001).

Os fluxos se intensificaram quando se inicia o processo de estabilização econômica e, de certa forma foi, um divisor de águas no que diz respeito ao seu destino. Eis que, na experiência brasileira, pela primeira vez, a participação é, de longe, superada pelo setor serviços. Mais do que isso, ocorre uma redução drástica da parte da indústria que se transfere aos serviços.

⁴ Entendido como o aumento da participação de bens manufaturados com maior valor adicionado.

TABELA 2
 Estoque e fluxos de IED por setores de Atividade no Brasil. Em (%)

Fonte: Laplane, Sarti, Hiratuka, Sabbatini, 2001.
 * Acumulado até 1995.

De modo que o estoque acumulado no setor industrial passou de 55% do total de IDE, em 1995, para 18,4% entre 1995-1999. Esse fenômeno está associado ao processo de privatizações de serviços públicos e do sistema financeiro que se concretizou após o plano Real (TAB. 2).

A partir dessas modificações, começa a se gerar uma nova configuração industrial relacionada à maior participação das empresas multinacionais – por meio do IDE – e das privatizações, que implicou o redesenho do tipo de sustentação do modelo de desenvolvimento até a década de 80, no aspecto da relação que se estabelecia entre capital privado, capital estrangeiro e capital estatal.

Setores	Estoque até 1995* (%)	Fluxo acumulado 1995-99 (%)
Agricultura	1,6	1,5
Indústria	55,0	18,4
Serviços	43,4	80,1
Total	100	100

A partir da implementação do plano Real, o IDE teve uma crescente participação nos investimentos do Brasil, aproximando-se dos níveis dos países avançados, podendo-se observar dois períodos com diferentes características: i) entre 1994-1996, o aumento da participação relativa na FBCF dava-se pelo acréscimo de nova capacidade, e ii) entre 1997-1999, a participação estrangeira cresce de forma importante sobre o estoque de capacidade produtiva já existente, por meio de operações de aquisição de empresas locais e fusões (A&F), produzindo um processo de desnacionalização⁵ (LAPLANE; SARTI; HIRATUKA; SABBATINI, 2001).

⁵ As operações de A&F elevaram-se significativamente na década de 90 e, junto com os investimentos produtivos e em carteira, vêm configurando um novo padrão de internacionalização.

Ou seja, parte do crescimento do IDE experimentado no período, especialmente depois da implementação do Plano Real, foi destinado às A&F. Fenômeno cuja contribuição ao crescimento econômico é questionável porque o mesmo não se consubstanciou em ampliação da capacidade produtiva, pelo contrário, participou do estoque de capacidade já existente, não aumentando o investimento e restringindo o seu efeito expansivo sobre o produto e o emprego. Isso explica, embora parcialmente, a estagnação do investimento experimentada pelo Brasil no período em estudo.

TABELA 3
Taxa de investimento total no Brasil entre 1993-1999. Em %

Fonte: Ipea.

** Relação entre FBCF e o PIB.

*** Fluxos líquidos de IDE anual.

Na TAB. 3, pode-se observar que a taxa de investimento permaneceu relativamente constante e o IDE tem aumentado em relação à FBCF e ao PIB. Porém, devemos salientar que esses últimos indicadores têm limitações porque não permitem analisar com precisão a contribuição do IDE à FBCF, sendo que nem todo IDE representa investimento fixo; parte importante foi destinada a A&F. Durante a década de 90, a taxa de investimento teve um comportamento medíocre, aproximadamente 16% do PIB, valores mais baixos aos obtidos na década de 70.

No início da década de 90, as operações mundiais de A&F, envolvendo o controle majoritário das empresas, representaram 30% da entrada de IDE, e quando se considera o total das operações, ou seja, com ou sem controle acionário, a participação atingiu 74%. No final da década, no Brasil, as A&F majoritárias alcançaram quase 2/3 dos fluxos de IDE (TAB. 4).

Taxa de investimento
IED / FBCF ***
IED / PIB ***

TABELA 4
Relação entre investimento em A&F e IED por regiões selecionadas. Em %.

Fonte: LAPLANE, SARTI, HIRATUKA, SABBATINI, 2001.

Ainda, evidenciou-se uma tendência crescente das A&F tanto de controle majoritário quanto do total de operações. A modalidade de A&F nos fluxos de IDE foi maior no Brasil, se comparadas com as outras duas regiões evidenciadas na TAB 4, o Mundo e a América Latina.

A evolução do número de operações de A&F no Brasil⁶, segundo dados da consultora KPMG *Corporate Finance* (2004), apresentam uma tendência crescente a partir de 1996 (ver TAB 5). O valor dessas opera-

Países	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Mundo	43,0	42,8	45,9	63,8	63,8	63,8
Majoritário	31,1	31,1	31,1	31,1	31,1	31,1
Total	74,0	77,5	72,1	76,5	73,6	84,5
América Latina	19,0	18,3	24,2	37,5	43,6	43,6
Majoritário	6,3	6,3	6,3	6,3	6,3	6,3
Total	68,3	47,2	34,5	48,2	64,2	55,6
Brasil	83,8	0,3	26,6	29,6	55,4	74,1
Majoritário	94,7	52,2	46,7	44,5	67,0	85,7
Total	94,7	52,2	46,7	44,5	67,0	85,7

⁶ Deve-se ter cuidado ao analisar tal tipo de operações, devido principalmente à precariedade das informações e às dificuldades de acesso das mesmas.

TABELA 5
Número de Transações efetuadas de A&F no Brasil entre 1992-1998

Fonte: KPMG (2004)

Por outro lado, Gonçalves (1999) analisou o período de 1993-1997 e chegou às mesmas conclusões de Laplane e Sarti. Ele mostra que, de um total de 508 operações de A&F estudadas, 59% delas foram adquiridas por empresas de capital estrangeiro. Pode-se dizer que, no governo de FHC, as reformas implementadas trouxeram a reestruturação produtiva, evidenciando um processo que avançava para a centralização e para a desnacionalização. Segundo Gonçalves (1999), grande parte das operações de A&F foram destinadas ao setor industrial, mostrando que os IDE não se transformaram em aumento da capacidade produtiva. Era de se esperar que a expansão do IDE, ao tomar a caracterização de A&F, tivesse uma contribuição quase nula para a FBCF porque essas operações não geraram o círculo virtuoso por meio do aumento dos investimentos.

Enfim, o processo de internacionalização da economia brasileira mostra algumas tendências com decorrências importantes sobre a estrutura produtiva e sobre sua contribuição na formação bruta de capital fixo (FBCF). Por um lado, as operações de A&F envolveram o controle majoritário das empresas, tendendo à concentração e à centralização do capital. Por outro lado, a pouca participação do IDE destinado à ampliação ou implantação de nova capacidade produtiva diminuiu sua contribuição para a FBCF.

O AJUSTE ESTRUTURAL E A DESARTICULAÇÃO SOCIAL

As reformas implementadas, na década de 90, levaram a economia a um processo de internacionalização que modificou o tripé capital privado, capital estrangeiro e capital estatal que sustentava o modelo de desenvolvimento que prevaleceu até a década de 80. Essas reformas tiveram como contrapartida, no plano social, o aumento do desemprego, a

Transfronteiriças
Domésticas
Total

queda dos salários reais, redistribuição regressiva da renda e conduziram para uma sociedade mais excludente, marcando o aprofundamento da desarticulação social. Assim, podemos observar, na TAB. 6, a variação nos salários da indústria no período em estudo, os quais apresentaram uma tendência à queda.

TABELA 6
Salário real – médio indústria Variação anual

Período	Salário real -médio - indústria SIF variação anual (2008)
1990	-12,0
1990	-4,3
1990	15,9
1990	11,1
1990	9,5
1995	8,7
1996	5,5
1997	3,5
1998	4,6
1999	1,6
2000	2,5

Anteriormente, assinalou-se que uma economia articulada pode ser construída por meio de um regime de acumulação como aquele que se estabeleceu no capitalismo dos países centrais depois da Segunda Guerra Mundial. O regime de acumulação sustentou-se num aumento dos salários quase ao mesmo ritmo do crescimento da produtividade (Teubal, 2001). A partir desse regime de acumulação, as economias centrais adentraram-se num círculo virtuoso gerado pelo crescimento dos salários e da demanda efetiva.

Diferentes autores [Moreira (1999), Moreira e Najberg (1999)] destacaram que, na década de 90, a economia brasileira experimentou ganhos importantes de produtividade na indústria, atribuídos, principalmente, ao processo de abertura da economia. O Brasil apresentava, na década de 90, um aumento da produtividade do setor industrial – a produtividade foi a “peça chave” da estratégia de política econômica do governo –,

sendo que o crescimento que essa variável apresentou, a partir de 1991, foi de 6% ao ano (GIAMBIAGI, PINHEIRO, GOSTKORZEWICK, 1999), medido pela comparação do indicador de produção das contas nacionais com o emprego captado pela Pesquisa Mensal de Emprego. Moreira (1999) argumentava que, na década de 90, a economia brasileira experimentou ganhos importantes de produtividade na indústria, com o processo de abertura da economia, refletindo positivamente no barateamento dos insumos e dos bens de capital, fomentando, dessa forma, a concorrência entre produtores nacionais e estrangeiros. Assim, pode-se observar que a produtividade aumentou no período em estudo, no entanto, esse fenômeno nos leva a questionar, do ponto de vista teórico, a relação de incompatibilidade entre crescimento contínuo da produtividade e baixos níveis de investimento, principalmente pelo baixo desempenho que apresentou o nível de investimento.

A partir de então, caberia indagar qual foi o comportamento dos salários reais diante do aumento da produtividade; se os salários reais conseguiram acompanhar o ritmo de crescimento da produtividade para, dessa forma, produzir o incremento do mercado e da demanda efetiva da economia, como também, conseguir reproduzir um regime de acumulação articulado.

Na década de 90, o Brasil apresentou uma descoordenação do ritmo de crescimento do produto e do emprego, fenômeno que não aconteceu durante o período de industrialização. Nesse período, o PIB teve uma variação média anual de 2,2%, a ocupação total cresceu 1,5%, enquanto o emprego formal foi reduzido, em média, a 1,2% ao ano (POCHMANN, 2004). No começo dessa mesma década, a taxa de desemprego permaneceu quase no mesmo patamar e, a partir da implementação do Plano Real, momento no qual se concretiza o ajuste estrutural, a taxa de desemprego⁷ eleva-se de 4,3 para 6,2, entre 1990 e 2001.

Em geral, baseando-se em algumas recomendações teóricas que afirmam que a expansão do produto daria sustentáculo ao aumento da

⁷ Em 2003, uma nova metodologia de medição do desemprego aberto urbano é implementada pelo IBGE. Nos primeiros meses desse novo método, as taxas de desocupação estão oscilando acima do patamar de 10% da população economicamente ativa.

produtividade, observar-se que o Brasil experimentou o processo contrário. De modo que, na década de 90, dado o baixo desempenho do PIB, o aumento da produtividade encontra sua explicação numa forte flexibilização do emprego, que se aprofunda a partir do Plano Real, haja vista que a produtividade aumentava não por conta do incremento da produção, e sim, por uma redução do emprego na indústria. Quer dizer, a economia experimentou um aumento da produtividade não por conta do aumento do investimento, mas como contrapartida do aumento do desemprego. Esse fenômeno leva a um regime de acumulação desarticulado que aprofunda as mazelas sociais. Com relação ao tema, Feijo e Carvalho (1994, p.9) salientaram:

A partir de 1991, temos taxas expressivas de produtividade, mas com queda no emprego; em 1992, o nível de emprego é próximo ao de 1976. Assim, temos a partir de 1990 uma produtividade perversa que reflete o ajustamento à crise e, de forma crescente, às mudanças estruturais em curso.

TABELA 7
Taxa de desemprego –aberto- referência: 30 dias - RMs

Taxa de desemprego	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Aberto Brasil	4,65	5,24	6,1	5,8	5,4	5	5,8	6,1	8,3	8,3

Fonte: elaboração própria, Ipeadata, 2009, IBGE/PME (antiga metodologia).
Periodicidade: mensal; RMs; Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Outras das características do comportamento do desemprego foi que ele acompanhou as modificações relacionadas às variações na estrutura econômica, aumentando o emprego nos setores de serviços e diminuindo no setor industrial. No entanto, o aumento no setor de serviços não conseguiu compensar a queda no setor industrial e, a partir de 1995, a taxa de desemprego aberto começou a experimentar uma tendência crescente.

Desta maneira, evidencia-se que as reformas implementadas no Brasil baseadas nos modelos de ajuste estrutural aprofundaram o desen-

volvimento do regime de acumulação desarticulado, no qual as massas assalariadas não participam dos ganhos de produtividade obtidos pela indústria. Noutras palavras, a produtividade aumenta à custa da redução do emprego, e os salários não acompanham o incremento da produtividade.

Por causa disso, o mercado restringe-se, limitando as decisões dos investidores e, como decorrência, a demanda efetiva não se expande refletindo-se no padrão do consumo e da produção. Quer dizer, como Kalecki tinha frisado, a distribuição da renda é um fator determinante da renda por meio da repercussão dela nas decisões dos investidores. Uma economia articulada origina-se principalmente pelo aumento dos salários nacionais, os que possibilitariam a expansão do mercado interno e da demanda efetiva. No Brasil, o processo que se apresentou foi o inverso porque, ao se gerar um regime de acumulação desarticulado, os salários passam a ser considerados como um custo flexível para o capitalista que, num contexto de liberalização e desregulamentação, transforma-se na perpetuação de salários baixos – baixar os custos para garantir uma margem de lucro maior.

Assim, os modelos de ajuste estrutural advogados pelo pensamento ortodoxo “desajustaram” a estrutura econômica e social. Com as mudanças implementadas, configurou-se uma nova ordem industrial, na qual predomina o capital estrangeiro, haja vista as decisões de investimento que priorizam a sua forma de inserção internacional, totalmente concentrada na formação de oligopólios globais.

A modernização do parque industrial colocada como uma condição necessária para o desenvolvimento, que seria instrumentada por meio do IDE, teve um desenlace “perverso” porque aproximadamente 50% desses investimentos se transformaram em A&F, isto é, não aumentaram a capacidade produtiva, mantendo os mesmos níveis de investimento.

Não se pode negar que a economia brasileira apresentou um crescimento da produtividade, porém, a mesma não teve uma contrapartida no aumento dos salários que condiciona a expansão do mercado interno, perpetuando assim a desarticulação na economia. Por outro lado, o incremento da produtividade pode ser explicado, em parte, pela redução do emprego experimentado pela indústria, fenômeno que questiona a expansão do investimento e, obviamente, da demanda efetiva.

Dessa maneira, a forma de produção e o regime de acumulação desse modelo desarticularam socialmente a economia porque não se con-

seguiu sustentar a demanda por meio dos salários, fenômeno que influencia negativamente as decisões dos investidores, provocando desestímulo e modificações nas decisões de investimento. O resultado é a diminuição do investimento e, por consequência, a contração de demanda efetiva, fazendo com que a economia entrasse num círculo vicioso, em que os salários não aumentam e a situação volta a se repetir. Enfim, a economia reproduz um regime de acumulação de exclusão das massas dos “ganhos” da produtividade proporcionada pelas reformas estruturais aplicadas à economia brasileira.

CONCLUSÃO

A implementação do modelo de ajuste estrutural na economia brasileira deu início a um novo modelo de desenvolvimento no país, aprofundando um velho elemento: a desarticulação social. As reformas estruturais orientadas pelo *mainstream* econômico se processaram de modo a conformar o Estado aos imperativos de um novo papel imposto pelo cenário internacional.

As reformas se fizeram visíveis na liberalização comercial e financeira e na desregulamentação. O movimento com que se processou tais elementos denominou-se de ajuste estrutural e pusera fim ao modelo de substituição de importação. Fim de um, início de outro, antigos problemas persistiram em conviver com o neófito modelo econômico neoliberal em ação.

Os indicadores econômicos da década de 90, pós-ajuste estrutural, mostraram-se insuficientes para dar sustentação à demanda, tendo como resultado, do ponto de vista social, a exclusão e a marginalidade para a maioria da população. Esse ambiente socialmente perverso lançava dúvidas e questionamentos quanto à eficácia do princípio da demanda efetiva como propulsor do investimento, uma vez que o modelo de ajuste estrutural tinha culminado na modificação institucional do mercado de trabalho, o qual se materializou no aumento do desemprego e na queda dos salários.

A abertura econômica trouxe como uma de suas consequências um aumento considerável do IDE, o qual promoveu uma nova configuração industrial, modificando o antigo tripé – capital privado, estrangeiro e estatal – que sustentava o modelo de desenvolvimento até o final da década.

da de 70. Era difícil para o Estado sustentar sua presença tão forte na economia, diante da força dos ditames neoliberais em voga. A minimização do Estado brasileiro se efetivava acompanhada do ganho de espaço do capital estrangeiro que, em grande parte, foi destinado às operações de A&F, fenômeno que explica, em parte, o baixo desempenho da taxa de investimento, além, do aumento do grau de concentração e centralização do capital, principalmente nos ramos industriais privatizados.

As mudanças implementadas não produziram uma expansão da demanda efetiva, principalmente, devido ao modesto desempenho do investimento frente a nova configuração industrial, desfavorável ao aumento da demanda, à mudança do padrão de comércio, alimentando as importações, e ao novo papel do Estado desestatizante.

A queda do emprego serviu para garantir o aumento da taxa de produtividade. A redução do consumo decorrente do aumento do desemprego repercutiu negativamente no mercado interno, desincentivando o investimento privado e, conseqüentemente, a demanda efetiva. As implicações positivas que sustentavam alguns analistas em relação ao aumento da produtividade não aconteceram. É importante frisar que a combinação de baixo investimento com aumento de taxa de produtividade não se sustenta no tempo, por ser uma relação incompatível e contraditória que não prospera a longo prazo.

Os ganhos de produtividade não se transformaram em aumento de salários, levando a um aprofundamento da desarticulação que toma forma de círculo vicioso, negando a possibilidade da economia adentrar-se no caminho da articulação, eis que o binômio produtividade e salários reais segue uma relação positiva, compassada. Um descompasso proveniente do aprofundamento da desarticulação social acaba influenciando negativamente a demanda efetiva, seja pela queda do consumo dos trabalhadores, como também pela queda do investimento.

As políticas “pelo lado da oferta” da economia que prometiam fazer deslanchar a economia do Brasil não tiveram sucesso, pois na verdade, o problema reside no “lado da demanda: se o gasto em investimento não se modificar, dificilmente atingir-se-á o crescimento a longo prazo.

Enfim, o modelo de “ajuste estrutural”, na tentativa de ajustar os principais problemas econômicos da economia brasileira, acabou

aprofundando os problemas sociais, dando prioridade às políticas de curto prazo e sacrificando qualquer possibilidade de poder planejar políticas de longo prazo. O novo regime de acumulação determinou um modelo de crescimento desarticulado que se materializou à custa de salários baixos e investimentos que não se transformaram em nova capacidade produtiva. O projeto neoliberal aplicado no Brasil não conduziu ao crescimento autossustentado, já que a taxa de investimento não se elevou e os salários cresceram a uma taxa menor que a da produtividade, restringindo a demanda efetiva e conduzindo a economia a um círculo vicioso que se vai fechando com o tempo.

A nova configuração industrial com um incremento da participação da empresa estrangeira e a saída do Estado de setores “chaves”, em meio a um mercado de trabalho precarizado com elevação do desemprego, constitui-se na nova cara do desenvolvimento brasileiro, cujo cenário deixa postergada qualquer política de distribuição de renda.

REFERÊNCIAS

CALCAGNO, Alfredo Eric. Ajuste estrutural, custo social y modalidades de desarrollo en América Latina. In: Sader, Emir (Org). *Ajuste estrutural, custo social e alternativas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2001.

CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: UNICAMP, Instituto de Economia: UNESP, 2002.

FRANCO, Gustavo H. B. A inserção externa e o desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, v.18, n.3 (71), p. 121-147, jul./set. 1998.

FEIJO, C. A. do V; CARVALHO, Paulo. Os novos caminhos da produtividade na indústria brasileira. *Revista Indicadores de Qualidade e Produtividade*, ano 2, n.1, jun. 1994.

FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*, Editor Vitor Civita, 1983.

GONÇALVES, Reinaldo . *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

JANVRY, Alain de. *The agrarian question and reformism in Latin America*. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1981.

KALECKI, Michal. A diferença entre os problemas econômicos cruciais das economias capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas. In: Migliogli, J. Kalecki, Michal 1899-1970, São Paulo, Ática, 1980, p.133-140.

_____. Las ecuaciones marxistas de reproducción y la economía moderna. *Revista de Economía Administración*. Universidad de Concepción, Chile, Tercer cuatrimestre, n. 16, p.7-13, 1970. Número especial en homenaje a M. Kalecki.

KPMG Corporate Finance, Fusões e aquisições no Brasil: análise dos anos 90. Disponível em: <<http://www.kpmg.com.br>>. Acesso em: 15 mar. 2004.

LAPLANE, Mariano [et al.]. El caso brasileño. In: CHUDNOVSKY, Daniel. *La inversión extranjera directa en el*

Mercosur. Buenos Aires: Siglo Veintiuno de Argentina, 2001. p. 123-208.

MACEDO E SILVA, Antônio, *Macroeconomia sem equilíbrio*, São Paulo: Vozes, 1999.

MOREIRA, Maurício Mesquita. A indústria brasileira nos anos 90: o que já se pode dizer?. In: GIAMBIAGI, Fábio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org.). *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. p. 293-332.

MOREIRA, Maurício Mesquita; NAJBERG, Sheila. O impacto da abertura comercial sobre o emprego: 1990-1997. In: GIAMBIAGI, Fábio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org.). *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. p. 469-496.

POCHMANN, Márcio, *Produtividade e emprego no Brasil dos anos 90*. Instituto de Economia, Unicamp. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo77.htm>>. Acesso em: 5 dez. 2004.

SIFFERT FILHO, Nelson; SILVA, Carla Sousa e. As grandes empresas nos anos 90: respostas estratégicas a um cenário de mudanças. In: GIAMBIAGI, Fábio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org.). *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. p. 375-409.

TEUBAL, Miguel. Structural adjustment and social desarticulation: the case of Argentina. *Revista: Science & Society*, New York, v. 64, winter 2000-2001, p.460-488.